



Da Realidade do Campo às Regras Escritas: Conectando Práticas Agrícolas e Padrões de Certificação

por **Ingrid C. C. Graziano**
NuffieldBR Scholar 2020
Patrocinada pela TIAA-CREF Global Agriculture

Link para o relatório completo – [Ingrid C. C. Graziano – english](#). Todos os relatórios da NuffieldBR estão disponíveis em nosso site www.nuffield.com.br, bem como no repositório de scholars em www.nuffieldscholar.org

Sobre a Autora

Ingrid C. C. Graziano é engenheira agrônoma (ESALQ/USP), com experiência internacional em paisagens agrícolas (Cranfield University, Reino Unido) e vivências em agricultura biodinâmica na Holanda. Atua há mais de uma década em sustentabilidade, certificações, cadeias globais e soluções climáticas para o agro. Trabalhou com certificadoras, empresas multinacionais e produtores, liderando projetos de agricultura regenerativa, rastreabilidade, finanças verdes e inovação para cadeias como café, soja e algodão. Além de pesquisadora, é também produtora rural no estado de Goiás, conduzindo um sistema de cria com foco em genética adaptada ao Cerrado. Sua trajetória reúne ampla vivência prática e estratégica, permitindo-lhe analisar criticamente o papel das certificações na transformação da agricultura global.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório avalia como certificações de sustentabilidade e padrões de boas práticas agrícolas (GAP) influenciam produtores, cadeias globais e consumidores. A partir do Nuffield Global Program, a autora percorreu América Latina, Europa, Ásia e América do Norte, analisando sistemas sustentáveis em café, soja e algodão, além de modelos regulatórios, tecnológicos e corporativos.

Os resultados mostram que certificações podem gerar impacto positivo — ao promover boas práticas, ampliar rastreabilidade, facilitar acesso a mercados exigentes e fortalecer a credibilidade ambiental. No entanto, seu efeito depende de contexto, acompanhamento técnico e engajamento do produtor. Persistem desafios como custos altos, complexidade burocrática, fragmentação de esquemas, baixa compreensão do consumidor e, em alguns casos, foco excessivo em “checklists”, em vez de resultados concretos.

Tendências globais indicam uma transição para modelos baseados em impacto, integração crescente com reguladores (como EUDR), uso intensivo de tecnologias digitais (blockchain, satélites, sensores) e adaptação regional dos padrões. No Brasil, certificações são essenciais para manter acesso a mercados internacionais — especialmente nas cadeias de soja, café e algodão — mas ainda há risco de se reduzir a sustentabilidade apenas ao critério “livre de desmatamento”, negligenciando temas como solos, água, biodiversidade e inclusão produtiva.

O estudo conclui que certificações têm valor estratégico, mas precisam evoluir para sistemas mais simples, inclusivos, mensuráveis e orientados ao produtor, vinculados a estratégias mais amplas de sustentabilidade corporativa e políticas públicas.



CONCLUSÕES

1. Certificações elevam padrões, mas seu impacto permanece heterogêneo

As certificações de sustentabilidade contribuem para a adoção de práticas agrícolas mais responsáveis, fortalecendo áreas como manejo integrado, conservação de solo e água, segurança do trabalho, conformidade legal e melhoria de processos internos. No entanto, o efeito dessas melhorias se mostra bastante desigual. Em muitas regiões, certificações são implementadas essencialmente como mecanismos de acesso ao mercado — especialmente para atender a exigências de compradores internacionais e regulações como o EUDR — e não como motores de transformação agronômica contínua. Isso reduz seu potencial de gerar impacto ambiental mensurável e limita os benefícios percebidos pelos produtores, sobretudo quando não há suporte técnico, incentivos ou políticas de longo prazo que consolidem mudanças estruturais.

2. Fragmentação de selos e baixa clareza ao consumidor comprometem credibilidade

A diversidade excessiva de selos — mais de 440 ecolabels globalmente — gera saturação e reduz a capacidade de diferenciação no mercado. A baixa familiaridade do consumidor com os critérios técnicos de cada certificação diminui o efeito das mensagens de sustentabilidade no ponto de venda e enfraquece o vínculo entre práticas agrícolas e percepção de valor. Essa falta de clareza não apenas compromete a credibilidade dos programas, mas também limita a disposição do mercado de pagar prêmios, tornando difícil justificar o investimento necessário para manter a conformidade. Como consequência, produtores e cooperativas passam a questionar a efetividade dos selos como instrumentos de agregação de valor e comunicação ambiental.

3. Custos operacionais e burocracia restringem participação de pequenos produtores

Os custos diretos e indiretos das certificações — auditorias externas, ajustes de infraestrutura, monitoramento de indicadores, capacitação, documentação e manutenção contínua da conformidade — representam um obstáculo significativo, especialmente para pequenos produtores e cooperativas com estrutura limitada. Em muitos casos, o custo-benefício não se sustenta, uma vez que prêmios financeiros são raros, os mercados certificados são restritos e a carga burocrática cresce ano após ano. Isso cria um ciclo de exclusão em que apenas produtores tecnificados, médios e grandes conseguem atender plenamente aos padrões, ampliando desigualdades dentro das cadeias produtivas e comprometendo a inclusão rural.

4. Predomínio de modelos baseados em práticas reduz capacidade de medir impacto real

A maior parte dos esquemas de certificação ainda opera com listas de verificação prescritivas — focadas em ações específicas a serem realizadas pelo produtor — e não em métricas de impacto. Assim, pouco se mede sobre resultados concretos como redução de emissões, melhoria da saúde do solo, aumento da biodiversidade, sequestro de carbono, eficiência hídrica ou condições socioeconômicas. Essa abordagem limita a transparência, enfraquece a efetividade dos programas de sustentabilidade corporativa e dificulta a integração das certificações com mercados emergentes, como o de carbono e o de produtos regenerativos. A transição para modelos orientados a evidências é urgente para garantir credibilidade e competitividade global.



5. Avanços tecnológicos impulsionam rastreabilidade, mas aumentam a exclusão digital

A digitalização — com uso de satélites, blockchain, sensores de campo e plataformas de dados — fortalece a rastreabilidade e a transparência nas cadeias globais, respondendo à crescente demanda por verificações remotas e monitoramento contínuo. No entanto, esses avanços requerem conectividade, infraestrutura tecnológica e capacitação que nem sempre estão disponíveis em sistemas produtivos menos estruturados. Esse gap tecnológico pode aprofundar desigualdades, criando um novo tipo de barreira de entrada em certificações e mercados premium, e impedindo que pequenos produtores sejam reconhecidos por suas boas práticas.

6. No Brasil, o enfoque excessivo em “desmatamento zero” reduz a complexidade da sustentabilidade

Embora o combate ao desmatamento seja um elemento central das certificações aplicadas às cadeias de soja, café e algodão, o foco quase exclusivo nesse critério tem limitado o reconhecimento de outras dimensões essenciais da sustentabilidade. Os sistemas brasileiros possuem enorme potencial em temas como regeneração de solos, sistemas integrados, intensificação sustentável, agricultura de baixo carbono e inovação tecnológica, mas esses avanços raramente entram nos parâmetros de auditoria. Isso gera a percepção de que o país está restrito a uma visão simplificada da sustentabilidade, guiada por geopolítica e mercado, e não por ciência agrônômica completa.

RECOMENDAÇÕES

1. Recolocar o produtor no centro dos sistemas de certificação

Para que certificações realmente promovam sustentabilidade, é essencial que produtores deixem de ser apenas “auditados” e passem a ser atores ativos do processo. Isso implica envolver agricultores no desenho dos critérios, na definição de métricas e na avaliação contínua dos requisitos. Sistemas mais participativos aumentam a aderência e reduzem o caráter meramente burocrático das auditorias. Além disso, estratégias como certificação em grupo, modelos associativos, assistência técnica continuada e capacitação prática diminuem custos operacionais e fortalecem o protagonismo do produtor na tomada de decisão. Essa abordagem favorece a inclusão de pequenos agricultores, que hoje são os mais impactados por barreiras econômicas e documentais dentro dos programas de certificação.

2. Simplificar, harmonizar e reduzir a fragmentação entre selos

A coexistência de inúmeros esquemas de certificação, muitas vezes sobrepostos ou divergentes entre si, reduz a transparência e gera retrabalho para produtores e empresas. A harmonização de critérios — por meio de equivalências técnicas, padrões reconhecidos internacionalmente e mecanismos de benchmarking — tornaria o sistema mais eficiente, reduziria custos de auditoria e aumentaria a confiança do mercado. Ao mesmo tempo, processos e documentos mais simples diminuem a carga burocrática e permitem que a certificação cumpra seu papel principal: diferenciar práticas sustentáveis e gerar valor para toda a cadeia. A clareza também melhora a percepção do consumidor, fortalecendo a credibilidade dos selos no varejo.



3. Migrar de checklists prescritivos para modelos baseados em resultados

A efetividade das certificações depende de sua capacidade de demonstrar impacto real. Para isso, é necessário substituir abordagens centradas em tarefas obrigatórias por métricas mensuráveis que avaliem melhorias ambientais e sociais de forma objetiva. Indicadores como saúde do solo, eficiência hídrica, emissões de gases de efeito estufa, biodiversidade funcional e condições de trabalho devem compor sistemas de monitoramento contínuo. Isso aumenta a transparência, fortalece a credibilidade das certificações e possibilita que produtores e empresas acessem novos mercados vinculados a carbono, regeneração e desempenho socioambiental.

4. Ampliar a inclusão tecnológica e operacional dos pequenos e médios produtores

O avanço da digitalização cria oportunidades, mas também novos riscos de exclusão. Para que tecnologias como blockchain, sensores, agricultura de precisão e auditorias remotas não se tornem barreiras adicionais, é fundamental investir em conectividade rural, plataformas intuitivas, capacitação digital e suporte técnico acessível. Programas públicos e privados devem priorizar a inclusão produtiva, garantindo que agricultores menores tenham condições de atender às exigências de rastreabilidade e comprovação de boas práticas. A democratização do acesso tecnológico é determinante para evitar assimetrias e para assegurar que todo o setor avance de forma integrada rumo à sustentabilidade.